



CURRÍCULO: UM CAMINHO PARA ENTENDER A POBREZA E DIMINUIR AS DESIGUALDADES SOCIAIS

Rita Conceição de Aquiar Alves, Universidade Federal da Bahia-UFBA,
rita_aalves@hotmail.com

Fernanda Matrigani Mercado Gutierrez de Queiroz, Universidade Federal da Bahia-UFBA,
fernanda.queiroz@ufba.br

RESUMO

Este artigo busca uma reflexão por meio de um estudo bibliográfico pautado nos escritos de Dermeval Saviani e Gaudêncio Frigotto sobre a análise da história da Educação no Brasil para a construção de um currículo que promova a criticidade no estudante. Neste contexto, se busca perceber que o letramento favorece de forma crítica a inserção no mundo social do indivíduo. Refletir sobre a escola com relação à situação de pobreza e não permitir que ela contribua para o aumento da exclusão social disseminando atitudes medicalizantes. Promover o pensamento crítico do aluno com relação ao processo histórico-político, social e econômico da sociedade em que vive é o que a escola precisa para diminuir a desigualdade social e atuar no combate a pobreza.

Palavras-chave: Currículo. Letramento. Medicalização. Pobreza.

INTRODUÇÃO

Conhecer a língua, ter domínio da escrita e o hábito da leitura é a possibilidade de conhecer a vida e adquirir conhecimentos para o desenvolvimento da criticidade. Assim, o indivíduo se apropria de conhecimentos necessários para a criticidade, através da sua condição de letrado. Segundo Soares (2017) letrado é o indivíduo que tem acesso ao conhecimento e é capaz de realizar a leitura de forma crítica do mundo. Neste contexto, Paulo Freire define de forma brilhante a importância da leitura.

A leitura do mundo precede sempre a leitura da palavra e a leitura desta implica a continuidade da leitura daquela. O movimento do mundo à palavra e da palavra ao mundo está sempre presente. Movimento em que a palavra dita flui do mundo mesmo através da leitura que dele fazemos. Podemos ir mais longe e dizer que a leitura da palavra não é apenas precedida pela leitura do mundo, mas por certa forma de escrevê-lo ou de reescrevê-lo, quer dizer, de transformá-lo através de nossa prática consciente. (FREIRE, 2011, p. 29).

O objetivo da educação dentre outros, é proporcionar o convívio em sociedade, desenvolver o potencial de criticidade do ser humano e assim, contribuir para a sua



humanização. Então, somente aprender a ler não basta, é preciso desenvolver a capacidade de interpretação e entendimento da leitura do mundo, desenvolver nas crianças a capacidade de letramento e o hábito da leitura (SOARES, 2017).

Sob esta perspectiva, o currículo deve proporcionar acesso a conhecimentos necessários para desenvolver atitudes no educando para uma prática social mais condizente a sua realidade econômica-social e política, proporcionando possibilidades de interferir nas mudanças tão necessárias a sociedade brasileira. A educação precisa transformar o educando em um cidadão crítico, neste sentido é através do desenvolvimento de um currículo emancipador que será possível tornar uma pessoa ciente dos seus direitos, deveres e capazes de discernir e ter atitudes diante da sociedade em que vive.

O currículo precisa proporcionar ao educando o entendimento da situação de pobreza e deve direcionar a compreensão do educando para o conhecimento das lutas em busca da diminuição das desigualdades. O currículo como um caminho para combater a pobreza e entender o porquê da pobreza é preciso ser trabalhado nas escolas.

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E O CURRÍCULO

O direito a educação, saúde e ao emprego são direitos que asseguram uma vida digna, com possibilidades de prosperidade e resistência contra as ameaças que crescem dada vez mais e se desenvolvem com promessas de perpetuação das diferenças de classes e o aumentando cada vez mais as desigualdades sociais. A escola é uma grande instituição e instrumento de luta, de resistência e de busca pela dignidade de todas as pessoas.

Neste contexto, a educação de Jovens e Adultos busca garantir um adulto mais crítico. Desenvolver a habilidade e competência da leitura e da escrita, logo a alfabetização e o letramento, com os jovens e adultos é a garantia de um adulto letrado, é a garantia de possibilidades de emancipação social desta parcela da sociedade brasileira, que foi colocada à margem da sociedade e distante dos ambientes escolares.

Letramento é o estado ou condição que adquire um grupo social ou indivíduo como consequência de ter se apropriado da leitura e escrita (SOARES, 2017).



Observa Magda Soares a diferença entre alfabetizado e o letramento. Alfabetizado nomeia aquele que apenas aprendeu a ler e escrever, não aquele que adquiriu o estado ou a condição de quem se apropriou da leitura e da escrita, incorporando as demandas oriundas das práticas sociais.

De acordo com as propostas contidas na teoria da Pedagogia Histórico-Crítica, apresentada por Dermeval Saviani, pretendemos pensar na educação e nas mudanças que queremos a partir da infância, observando o processo de aprendizagem do educando e chamando a atenção para um letramento capaz de produzir leitores capazes de serem críticos de acordo com a sua faixa etária.

Precisamos entender o que reproduz a pobreza e o que permite que ela se estabeleça e permaneça na maioria das famílias brasileiras. O currículo é um caminho para a possibilidade de um trabalho sistematizado para compartilhar saberes para entender a pobreza e a educação uma tentativa para amenizar esta situação de pobreza.

O tema pobreza segundo Ugá (2004) faz parte do tipo do capitalismo desenvolvido na América Latina. A visão neoliberal vê o mercado como o principal organizador da sociedade e a partir dessa lógica os indivíduos passam a ter que sobreviver por sua própria conta no mercado, onde são obrigados a competir uns com os outros e a conseguir maneiras de tornarem-se mais competitivos para atender as exigências do mercado. A autora nos chama a atenção para o enfraquecimento da cidadania e a ausência do direito universal de cidadania na ordem social do neoliberalismo.

CURRÍCULO NA EDUCAÇÃO BÁSICA

A crise da educação brasileira é sinônimo de crise por destruição dos meios de produção, de forças produtivas e eliminação de direitos da classe trabalhadora. "O domínio do capital financeiro especulativo que nada produz, mas que assalta mediante a dívida pública". A retirada dos direitos sociais do povo brasileiro é uma esmagadura na situação de pobreza dos brasileiros", nos alerta (FRIGOTTO, 2017, p.28).

O autor expõe as lutas travadas entre a população brasileira e o Estado, por direitos e cumprimento de Direitos Humanos e responsabilidade sociais. A retirada de



direitos tende a atingir o direito a educação. A escolha e sugestões das disciplinas que deveriam compor o currículo e na definição dos conteúdos e dos métodos de ensinar e avaliar é uma forma de reforçar a teoria do capital humano. O cidadão é o responsável pelo seu investimento e a sua empregabilidade, transformando-o em mercadoria.

Todos os profissionais da área de educação devem estar atentos. Pois é do currículo que produziremos o desenvolvimento da criticidade do educando. É do currículo que surge a oportunidade de enxergar e fazer a leitura do mundo de forma crítica, desenvolvendo atividades com conteúdos que busquem a competência intelectual diante dos processos políticos, históricos, econômicos, culturais, sociais e religiosos que a sociedade e as relações sócias e mercadológicas nos oferecem.

Observa Frigotto (2017) que em determinada época da nossa história política fomos longamente estimulados a modificar os nossos currículos e a formação docente para atender aos interesses do mercado. Não por acaso que a importância do currículo para formação do educando e o desenvolvimento crítico diante da história e da natureza das relações sociais seja destaque deste artigo. Haja vista que é o instrumento que norteia e direciona nossas intenções para alcançar os objetivos que queremos através da educação dos nossos alunos. Por esta razão, os educadores não podem permitir que o currículo promova visões medicalizantes do indivíduo ou da sociedade, patologizando os comportamentos das pessoas, não levando em conta suas histórias de vida (SOUZA, 2007).

Neste sentido, não é justo que a situação agravante de milhões de brasileiros em situação de pobreza seja desconsiderada e que se implante no Brasil uma política onde se retirem direitos sociais, obviamente os Direitos Humanos e coloquem o Estado Brasileiro como mero incentivador das políticas favoráveis ao empreendedor, as instituições financeiras e as políticas de mercado.

O povo brasileiro é um povo historicamente marcado por explorações racistas e escravocratas, a burguesia brasileira fortaleceu as desigualdades e nada fez para diminuição da situação de pobreza do povo brasileiro e para diminuição das desigualdades sociais. Não é à toa que percebemos uma boa parcela da classe de intelectuais brasileiros preocupados e tentando advertir a grande população de trabalhadores brasileiros sobre as mudanças no cenário político e sinalizando as



posturas de líderes de governos que apoiam a desvinculação e descompromisso do governo com questões relacionadas aos Direitos Trabalhistas, Direitos Sociais e Direitos Humanos. Nos alertam para o momento crítico que estamos vivendo e do que está invisível aos nossos olhos.

Será necessário o fortalecimento da escola pública, como nos lembra Frigotto (2017), para que acessibilidade ao ensino gratuito seja cumprida como garante à Constituição Brasileira (BRASIL, 1988). Possuímos um déficit social e devemos priorizar os investimentos na educação, saúde e na moradia. Os brasileiros não estão em situação de se reconhecerem como capital humano. O Estado brasileiro deve ser gerador de assistencial social, educação, saúde e moradia. O Brasil não pode acatar mudanças que reproduzam a pobreza e manter na escola currículos que reproduzam a situação de pobreza dos seus educandos.

A VALORIZAÇÃO DOS CONTEÚDOS

A busca pela equalização social e aumento da produtividade da sociedade. A inspiração filosófica, neopositivista e o método funcionalista prevalecem. Verificamos na escola tradicional a ênfase no aprender; na escola nova o aprender a aprender, e já na escola tecnicista o aprender a fazer, onde se perde a especificidade da educação, como esclarece Saviani (1983), a escola tecnicista perde a especificidade da educação ao ensaiar transpor para a escola a forma da funcionalidade fabril. Na escola tecnicista o conteúdo do ensino tornou rarefeito e a relativa ampliação das vagas se tornou irregular em face dos altos níveis de evasão e repetência.

Segundo Saviani (1983) a teoria do sistema de ensino enquanto violência simbólica que aparece a ação dos grupos dominantes sobre os grupos dominados. Pela reprodução cultural a educação contribui especificamente para reprodução das desigualdades sociais, tornando-se incapaz de agir frente à superação da marginalidade. Na Escola Nova acontece a hegemonia da elite quando aconteceu o aprimoramento do ensino para elite e o relaxamento do nível de ensino destinado às camadas populares e uma crítica sobre o aligeiramento do ensino fundamental a camadas populares, onde Saviani defende o aprimoramento do ensino destinado a camadas populares, o que concordamos também com a prioridade do conteúdo, porque sem conteúdos relevantes e significativos, a aprendizagem deixa de existir.



Concordamos com Saviani quando nos diz que "o domínio da cultura constitui instrumento indispensável para participação política das massas". Então, "dominar o que os dominantes dominam é condição de libertação". (SAVIANI, 1983, p.66). Na teoria da curvatura da vara devemos atentar e enxergar o outro lado do sentido da educação atual, voltando à valorização dos conteúdos, abrindo forças emergentes da sociedade, as forças populares para a construção de uma nova sociedade, como bem o autor nos convoca a pensar sobre os conteúdos, valorizando-os para uma pedagogia revolucionária:

"Uma pedagogia revolucionária centra-se, na igualdade essencial entre homens. Entende, porém, a igualdade em termos reais e não apenas formais. Busca, pois, converte-se, articular-se com forças emergentes da sociedade, em instrumento a serviço da instrumentação de uma sociedade igualitária. Para isso a pedagogia revolucionária, longe de secundarizar os conhecimentos descuidando da sua transmissão, considera a difusão de conteúdos, vivos e atualizados, uma das tarefas primordiais do processo educativo". (SAVIANI, 1983, p. 75).

Saviani (1983) afirma que a pedagogia revolucionária é crítica e que a educação não deixa de ser instrumento importante e por vezes decisivo no processo de transformação da sociedade e crítica a escola tradicional caracterizada pela passividade, transmissão de conhecimentos e memorização.

Conclui Saviani (2008) que a educação transforma de modo indireto e mediato, agindo sobre os sujeitos da prática. A educação é uma atividade mediadora no seio da prática social global. Sobre a natureza e especificidade da educação, Saviani a define da seguinte forma. "Crítica, educação é o ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida historicamente e coletivamente pelo conjunto dos homens" (SAVIANI, 2008, p.9).

É através da escola que se dá a passagem do saber espontâneo ao saber sistematizado da cultura popular à cultura erudita tornando a criança em uma pessoa letrada, estudando os diversos conhecimentos de história, geografia, literatura, matemática através da linguagem escrita, isto é, lendo e escrevendo.

A educação é um trabalho não material através da produção de ideias, conceitos, valores, símbolos, hábito, atividades, habilidades, trata-se de produção do saber. Chegamos à conclusão de que o homem produza a natureza humana, conseqüentemente, o trabalho educativo é o ato de produzir, direta e intencionalmente



em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida historicamente e coletivamente pelo conjunto dos homens, e acrescenta que a escola é uma instituição cujo papel consiste na sociabilização do saber sistematizado, logo a escola existe para propiciar a aquisição dos instrumentos que possibilitam o acesso ao saber elaborado da ciência, nos explica Saviani (2008).

Portanto é a partir do saber sistematizado que se estrutura o currículo da escola básica. O saber sistematizado, a cultura erudita, é uma cultura letrada, e a primeira exigência é o aprender a ler e escrever para o acesso a esse tipo de saber, a cultura erudita. O conteúdo elementar é saber, ler, escrever, contar e os rudimentos das ciências naturais e das ciências sociais.

Currículo não é somente o conjunto das atividades desenvolvidas na escola, currículo, segundo Saviani é o conjunto de atividades nucleares desenvolvidos pela escola. Desta forma não se pode tomar o lugar do que é principal nas atividades que constitui a razão de ser da escola, não perdendo de vista a atividade nuclear da escola, isto é, a transmissão dos instrumentos de acesso ao saber elaborado, conforme nos lembra Saviani (2008). Não é permitido que a escola passe a ser uma agência a serviço de interesse de interesses corporativos ou clientelistas, priorizando atividades extracurriculares, priorizando atividades secundárias em detrimento a atividade principal.

Concordamos com o que alerta Saviani (2008), no currículo é que cabe encontrar a fonte natural para elaborar os métodos e as formas de organização do conjunto das atividades da escola. Saviani conceitua o currículo como organização do conjunto das atividades nucleares distribuídas no espaço e tempo escolares. Um currículo é, pois, uma escola funcionando, quer dizer, uma escola desempenhando a função que lhe é própria.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pelo exposto, neste diálogo com os autores, acreditamos que desenvolver a postura crítica diante das desigualdades e entender a situação da pobreza e quais são os fatores que contribuem para perpetuar a situação de pobreza na sociedade é o que deve ser proporcionado por um currículo. A atuação dos professores para efetivação das mudanças é primordial, eles devem avançar nas práticas, evitar



propagar visões medicalizantes e utilizar conteúdos que contribuam para a construção de uma postura reflexiva e crítica da nossa história político-econômica e social, para que os alunos possam ser mais participativos no destino da sociedade, da política e deixem de ser passivos diante das opressões sócio-econômicas estabelecidas atualmente na sociedade brasileira.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília. DF. Senado, 1988.
- FREIRE, Paulo. **A Importância do Ato de Ler**. São Paulo. Cortez Editora, 2011.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. **Escola "Sem" Partido**. Rio de Janeiro: UERJ, 2017.
- SOARES, Magda. **Alfabetização e Letramento**. São Paulo: Ed. Editora Contexto, 2017.
- SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia Histórico-Crítica**. Campinas: Autores Associados, 2008.
- SAVIANI, Dermeval. **Escola e Democracia**. Campinas: Autores Associados, 1983.
- SOUZA, Beatriz de Paula (org.) **Orientação a queixa escolar**. São Paulo, Casa do Psicólogo, 2007.
- UGÁ, Viviam Domínguez. **A categoria da "pobreza" nas formulações do Banco Mundial**. Ver. Social. Política., Curitiba, N.23, 2004, p.55-62.